

DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO: O CASO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA PARAÍBA

Thais Helen do Nascimento Santos¹
Francinete Fernandes de Sousa²

Resumo: Este trabalho analisa a relevância da criação de instrumentos de referência, no processo de ensino/aprendizagem de História da África. Tais instrumentos estão sendo construídos no Arquivo Histórico da Paraíba, através de atividades desenvolvidas em um projeto de iniciação científica, o qual faz a identificação de documentos referentes à escravidão. Para a contextualização desta análise, procedemos à revisão da literatura que toma como base os estudos arquivísticos, em especial relacionados a arquivos permanentes, com ênfase a difusão cultural e ações educativas como elemento essencial nas atividades arquivísticas. A reflexão aspira ao avanço nas discussões, entre gestões de unidades arquivísticas, sobre a importância do arquivo como instituição, também, de pertinência educativa.

Palavras-chave: Arquivo, Escravos, Difusão Cultural e Ações Educativas.

1. INTRODUÇÃO

No contexto de um novo tempo para povos, culturas e nações, não é difícil perceber que, conforme Lopes (2010), a essência do século XX e XXI é a informação, todavia já é perceptível que essa informação está sendo processada e transformada em conhecimento, em outros termos, estamos deixando de ser a sociedade da informação para sermos a sociedade do conhecimento, “na qual o homem trata de ir mais além da informação, adentrando-a mais, em todos os sentidos, para alcançar realmente o conhecimento” (BELOTTO, 2002). Nesta sociedade, o arquivo como detentor, gestor e disseminador de informação/conhecimento, passa a ter um olhar diferenciado.

Assim, voltando nosso olhar ao arquivo permanente, ou seja, aquele em que os documentos já cumpriram a sua função administrativa (valor primário), tendo agora função de prova e testemunho (valor secundário), são estes que concatenam a informação histórica de uma instituição ou local. Em termos gerais, seguindo a lógica de pensamento, que se a instituição ou local são de interesse público, segundo o que o

¹ Graduanda em Arquivologia - UEPB (thaishelen.uepb@gmail.com)

² Professora Dra. do curso de Arquivologia – UEPB (neteducadora@gmail.com)

arquivo permanente agrega um interesse à sociedade, constituindo-se em um patrimônio cultural.

É dessa forma que “os bens culturais são o “conjunto de processos criadores e dos produtos criados que evidenciam as características distintas de pertencerem a tal sociedade e permitir que esta seja conhecida e reconhecida através dele”” (BELSUNCE, 1982 *apud* BELOTTO, 2002).

Assim sendo, o arquivo de cunho histórico possibilita informações para o conhecimento da sociedade de uma determinada instituição ou lugar, visível assim a sua responsabilidade social.

Partindo desse entendimento, às funções básicas de um arquivo devem ser agregadas as suas funções complementares, que compreende as atividades de Difusão Cultural e Ações Educativas; são estas que divulgam o arquivo e apresentam a possibilidade de disponibilização de informação/conhecimento face à sociedade do conhecimento.

A partir deste pensamento, objetivamos com esse trabalho, elucidar a relevância do instrumento de pesquisa que está sendo construído em atividades de Iniciação Científica, desenvolvido por estudantes do curso de Arquivologia, no qual faz o levantamento da documentação histórica referente aos negros/escravizados da Paraíba; para atividades educativas no processo de ensino/aprendizagem. Para isso tomaremos como base a Lei N° 10.639/03 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que dispõe sobre a obrigatoriedade de ensino de tal temática nas escolas.

2. O ENSINO DE HISTÓRIA E O ARQUIVO: PONTOS DE CONGRUÊNCIA

O ensino de História nós possibilita a compreensão do que aconteceu no passado, para que assim possamos entender o presente e planejar o futuro. Por esses e por outros motivos, se faz necessário o ensino da disciplina História na educação básica.

O ensino de História assim como as demais disciplinas, conforme a LDB, deve ter como objetivo maior articular conhecimento, competências e valores com a finalidade de capacitar os alunos a

serem transformados em cidadãos críticos, autônomos e participativos, transformando assim a sociedade (MARIA, 2010).

A autora coloca neste pequeno trecho de seu texto elementos importantes que a história traz como contribuição para a formação cidadã, para a transformação da sociedade que se está inserido. Todavia, para que o cidadão possa ter tal consciência é preciso que dentro do estudo da história, seja explanado aos alunos/educandos como se deu o seu processo de formação cultural.

Para a compreensão do processo de formação social do nosso país, partimos *a priori* que não podemos afirmar que existe um grupo social no Brasil que tenha a sua raça totalmente pura, já que passamos por um longo processo de miscigenação, pela invasão portuguesa no Brasil para a colonização, com a participação ativa do português (o branco europeu), o índio e o africano (negro); caracterizando de forma significativa, a participação das 3 (três) raças, na evolução do povo brasileiro.

Partindo disto, se faz necessário o estudo da cultura européia, indígena e africana para se entender a nossa sociedade atual e assim desenvolver as transformações esperadas para a melhoria da nossa vivência coletiva.

A partir deste momento, voltaremos o nosso olhar para a importância do estudo da cultura africana no Brasil. Consideramos no momento desta escolha tal cultura, pois acreditamos que até hoje estes são inferiorizados, por uma parcela significativa da população, não sendo dada a relevância merecida por esta raça que contribuiu para a construção do perfil do povo brasileiro.

É indubitável, que o negro trouxe grandes contribuições para a sociedade brasileira, como exemplos mais perceptíveis, podemos citar: as religiões de origem afro, a maneira de festejar, alguns dos gêneros musicais, até no modo de falar, andar, e outros. Freyre (2006) afirma que “[...] a formação brasileira foi beneficiada pelo melhor da cultura negra da África, absorvendo elementos por assim dizer de elite que faltaram na mesma proporção ao sul dos Estados Unidos”.

Os livros de História utilizados para o ensino público da educação básica, não trazem, de forma suficiente, a realidade da contribuição africana/escrava para o nosso povo; deixando então a desejar, na aprendizagem dos alunos/educandos e sua posterior transformação em um cidadão consciente da sua cultura, da sua sociedade.

Um dos meios para suprir essa deficiência dos livros, seria o acesso a fonte primária de informação, ou seja, aos documentos. Os documentos que relatam a

introdução africana no país podem ser encontrados nos arquivos de cunho histórico presentes no Brasil. Todavia, surge um novo problema, a falta de cultura de visitas ao arquivo, em especial pelas escolas públicas.

Partindo do ponto que o arquivo tem como finalidade a disseminação da informação, tendo em consequência disto um compromisso social, esse compromisso leva o profissional a promover atividades que proporcionem aos cidadãos melhores conhecimentos para se situarem de forma consciente no contexto social que lhes é próprio, com o intuito de contribuir para a sua formação cidadã e sua evolução, ou seja, oferecer serviços de Difusão Cultural e Ações Educativas.

O próximo capítulo explana o que são tais atividades e como se dá o seu desenvolvimento em arquivos.

3. DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS EM ARQUIVOS

3.1 DIFUSÃO CULTURAL

Em se tratando da “Difusão” alguns dicionários populares nos trazem como significado desse termo como a ação de difundir; o estado do que é difuso./ A ação de propagar.

Em se tratando do termo “Cultural”, é de forma unânime mencionado a sua relação com o termo “Cultura”, que é de onde se origina. Definir o que é cultura, é algo relativo, pois entre as diversas áreas do saber existentes, se faz uso da “Cultura” da forma que mais lhe é cabível, portanto, não há uma padronização do termo, dificultando assim, o entendimento geral desse fenômeno. Por tal problemática, Santos (1983) vem colocar que para se compreender a Cultura, devem ser entendidas as duas concepções acerca desta, onde “a primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma

realidade social; a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às idéias e crenças de um povo”.

De forma específica podemos entender que *cultura* é a dinâmica de um processo social, independente de seu lócus (país, região, cidade, instituição).

Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade (SANTOS, 1983, 37-8).

De acordo com a citação apresentada, no que se refere à sociedade, essa pode ser entendida como um conjunto de seres em um determinado lugar, mas uma vez independentemente de qual seja. Podemos ter uma sociedade em seu ângulo maior que é os habitantes do planeta Terra, de forma mais delimitada, a sociedade brasileira; e outras mais específicas e restritas: sociedade de estudantes universitários, sociedade de advogados, sociedade de tenistas, entre outras.

A partir do exposto, podemos entender como Difusão Cultural em arquivos, as atividades que vão propagar os serviços oferecidos, documentos, informações, em geral, o que o arquivo possui, face à sua cultura organizacional, em outras palavras, a Difusão Cultural é uma função complementar das atividades de um arquivo – disseminação da informação – que visa atrair os usuários reais e os potenciais aos arquivos, levando estes a reconhecerem a necessidade que possuem de informações e apresentar-lhes o quanto é fundamental o arquivo como fonte aquisição de informação para a construção do conhecimento para a sociedade em geral, aspirando ao uso popular do arquivo, sendo este o que detêm o patrimônio documental pertencente a todo um povo, uma cultura, uma sociedade.

O trabalho desenvolvido em um arquivo deve está pautado em uma visão integradora. Se por um lado a sua missão é a reunião, organização, conservação e disseminação, no qual assume uma ação técnica/administrativa, compete também a este a sua atuação como um agente cultural.

A partir da implementação das funções complementares ligadas à cultura e à educação, o arquivo passa a ter um papel de mediação cultural. Com isso, como consequência deste novo estado de coisas, os

arquivistas de vêm a par de um novo desafio profissional, pois terão de conquistar setores da população que pouco se conhecem entre si (BELLOTTO, 2002).

Dessa forma, fica mais clara a função social do arquivo, face à cultura e educação de um determinado lugar.

Todavia, a implementação de atividades de Difusão Cultural ainda é algo recente nos arquivos. Por essa incipiência, os arquivistas devem ter um contato direto com os profissionais de bibliotecas e museus, já que os mesmos têm um período maior de desenvolvimento destas atividades em seus locais de trabalho.

Podemos citar como atividades de Difusão Cultural “as exposições, os eventos, as comemorações, a participação do arquivo nas atividades de teatro e de turismo, assim como nas ações junto ao ensino fundamental e médio” (BELLOTTO, 2002), como já exposto anteriormente. A mesma autora, ainda coloca mais atividades que podem ser oferecidas pelos arquivos históricos para a população, como:

[...] publicações, tanto de livros, como de revistas e boletins relativas à história regional, à literatura, à geografia, folclore, etc.; organização de eventos comemorativos; programas de rádio e televisão em torno de documentos importantes; aprimoramento dos circuitos turísticos nos sítios históricos; espetáculos de teatro e música em torno de temas de história local e exposições temáticas e bem planejadas de seus documentos fora ou dentro de comemorações. Para cada um destes itens se poderia dizer muito e apresentar-se muitas possibilidades e modalidades de programação (ibidem, 2002, p. 21).

Conforme o exposto são vastas as opções de atividades que podem ser desenvolvidas em arquivo para a atração tanto do público local (estudantes, profissionais, cidadãos de um modo geral), assim como dos turistas. Por isso é necessário o contato com os profissionais afins, para que o serviço possa ser oferecido com qualidade e que o objetivo seja alcançado.

Pela multiplicidade de atividades que podem ser oferecidas e o contato que deve-se ter com outros profissionais, mais uma vez, vem a tona a necessidade do processo de comunicação, como o fenômeno maior e essencial, incluindo suas funções e meios adequados para a específica atividade que foi selecionada para ser desenvolvida. Assim como para a publicidade, com as etapas para anunciar/divulgar o produto e/ou serviço (conhecimento, compreensão e ação, por parte dos consumidores) e o Marketing empregado, envolvendo todas as atribuições necessárias: estipulação dos objetivos,

análise do ambiente onde as atividades serão desenvolvidas, os recursos para o seu desenvolvimento, a adaptabilidade por parte do público-alvo daquela atividade, a sua ativação, a avaliação da execução e no fim o feedback, ou seja, o resultado. Por isso a necessidade de entrelaçamento de tais teorias no que concerne as atividades de Difusão Cultural em arquivos.

3.2 AÇÕES EDUCATIVAS

As Ações Culturais são relativas às atividades/serviços que vão nortear ao usuário as formas de utilização da informação disponibilizada, para que ela possa preencher a lacuna que o motivou a ir ao arquivo em busca de informação.

As ações educativas são específicas a necessidade de informação desejada, ao seu público-alvo, e outras características. Nas atividades que se referem aos alunos de ensino fundamental/médio para o complemento do ensino/aprendizagem em História em especial na realidade brasileira, concordamos com Bellotto (2006) que coloca:

No que concerne aos serviços de assistência educativa, o papel dos arquivos tem sido pouco explorado no Brasil, embora a pedagogia brasileira venha sendo renovada e progressista. Porém, nos modernos métodos didáticos não foram incluídos os usos possíveis de documentação de arquivo. A abertura dos arquivos para um novo público – o escolar, os alunos de ensino fundamental e médio – pode propiciar benefícios didáticos surpreendentes.

Porém tal modernização da didática de aulas com a visita em arquivos não se torna apenas uma percepção da escola, o arquivo também poderia explicar as estas o quanto seria atraente aos alunos nas aulas de história (não se limitando apenas a tal disciplina, já que pode ser visto em arquivos outras disciplinas das ciências biológicas, exatas, tecnológicas e sociais, apresentando suas atividades e concepções nos tempos idos), ler/ver a documentação referente ao conteúdo que estão vendo em sala de aula, sentir um pouco a realidade dos fatos que ocorreram; um serviço educativo de arquivo como componente da estrutura funcional da instituição aliada às práticas de difusão cultural seria uma forma de atração da escola/aluno para o arquivo.

O serviço para atendimento de alunos em arquivos deve-se dar com a relação professor-arquivista, tais profissionais devem entrar em acordo em todas as visitas que os alunos farão ao arquivo para que não restem lacunas na disposição do conteúdo/documento que deve ser visto. É importante um elo entre tais profissionais para que cada qual saiba o seu espaço e conhecimento no momento de uma visita, o arquivista: o acervo, documentos e o professor: os alunos, a escola e o conteúdo que está sendo ministrado em sala de aula.

Em geral as visitas são iniciadas com a definição/estruturação/função do arquivo, apresentando seus fundos, documentos mais importantes, seguindo comentários dos mesmos que são considerados como mais relevantes para tal momento – nesta primeira fase se faz necessário que a explanação seja realizada pelo arquivista já que é o mesmo que tem conhecimento do acervo. Se faz necessário a manipulação do documento pelo aluno, fazendo com que este leia, resuma para posteriores comentários de seu conteúdo, ressaltando que é válido a ênfase a documentos que retratem a história local (por seu valor pedagógico).

O número de documentos a exibir é importante. Não pode ser muito grande, para que a atenção do jovem não se disperse, mas é interessante que a quantidade seja significativa. O ideal seria expor de 50 a 100, levando em conta as séries e sub-séries, e reservar de 10 a 20 para a manipulação e os comentários específicos. O número de alunos, por sua vez, não deve ultrapassar 20, e sua faixa etária deve ficar entre 14 e 19 anos. A frequência ao arquivo, segundo o exemplo francês, seria de duas a três vezes ao ano (BELLOTO, 2006).

Belloto (2002), ainda traz algumas atividades que complementadas as atividades de visitas aos arquivos poderia ser mais interessante e atrair ainda mais a atenção dos alunos para a importância dos documentos históricos:

- Os trabalhos de pesquisa histórica simplificada levarão ao elo entre arquivista e aluno individualmente ou em grupos pequenos, para a realização de pesquisas, ainda que sem complexidade, para que iniciem no conhecimento das fontes;
- Os concursos de redações a partir de temas dados, poderão envolver pesquisas nos documentos do arquivo e destinados aos estudantes;
- As campanhas de coleta de documentos familiares devem ser estimuladas junto aos estudantes, para que possam formar coleções que os levem a ir tecendo uma

memória local, ainda que por amostragens nos arquivos, vindo a ser complementados nos fundos municipais.

Um serviço educativo em arquivo deve buscar a colaboração de outras instituições provedoras de informação: como os museus, bibliotecas, centros de documentação, universidades e instituições ligadas ao turismo cultural, trazendo as atividades/documentos específicos(as) de cada instituição para a ampliação do conhecimento promovido aos alunos.

É válido ressaltar que dificuldades surgirão no desenvolvimento de visitas de alunos aos arquivos: algum diretor escolar pode considerar que não há necessidade de visitas dos alunos aos arquivos, a falta de recursos para materiais didáticos; todavia os profissionais envolvidos arquivista-professor, não devem desistir diante das barreiras, lembrando-se do objetivo maior do professor que é uma aula mais prazerosa, despertar no aluno o interesse pela história e sociedade, e a disseminação da informação pelo arquivista para a construção de um cidadão consciente sobre seus direitos.

[...] Se, no entanto, ele (o arquivo) também se engajar em um programa de cooperação com as escolas, no sentido de ilustrar, animar e aprofundar o ensino da história local, regional e mesmo nacional, estará construindo uma incomparável aura de excelência àquelas suas funções precípuas: o arquivo histórico público estará contribuindo para formar um cidadão mais apto a compreender o passado da sociedade em que vive e com isso, melhor poder dar a sua contribuição para forjar um futuro mais digno para esta mesma sociedade (BELLOTO, 2002).

4. INSTRUMENTO DE PESQUISA COMO FACILITADOR NAS ATIVIDADES DE AÇÕES EDUCATIVAS

Um trabalho que visa o levantamento da documentação de negros/escravos da Paraíba está sendo desenvolvido por alunos do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Este trabalho, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é intitulado como: *Arquivologia e História: a busca pela documentação de escravizados da Paraíba*.

Com o levantamento da massa documental nos arquivos acerca dessa temática, aspiramos à construção de um catálogo remissivo, que venha a auxiliar de forma significativa aos pesquisadores e interessados sobre os escravos. Pois acreditamos que com esse instrumento de pesquisa documental nos arquivos, o tempo de pesquisa do

documento/informação desejada é reduzido, fazendo com que o seu aproveitamento seja maior e sua pesquisa mais satisfatória e prazerosa.

Para auxiliar a compreensão, resgatamos a definição de instrumento de pesquisa apresentada por Lopez (2002), onde explana que “os instrumentos de pesquisa são ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos”.

Os instrumentos de pesquisa podem ser: guias (que descrevem o fundo(s) do arquivo), inventários (responsáveis por descrever as séries documentais, estas dentro do fundo) e os catálogos (que descrevem os documentos, que hierarquicamente falando, estão dentro das séries, e estas dentro do fundo).

Por os instrumentos de pesquisa contribuírem de forma significativa no momento de pesquisa em arquivos, acreditamos que este também auxilia no momento de realização de ações educativas no acervo. Pois com o conhecimento deste utensílio de pesquisa, a compreensão acerca de busca e recuperação da informação fica mais clara, possibilitando ao pesquisador/usuário delinear o caminho que esse deve seguir para o preenchimento de sua lacuna informacional, motivo que o levou ao arquivo. Para as crianças de ensino fundamental, também é relevante pelo mesmo motivo, o aluno vai descobrir as formas de encontrar o que ele deseja em meio à massa documental existente no arquivo, e ainda descobrindo as temáticas dos documentos que o arquivo possui, aumentado assim o seu interesse em futuras visitas para buscar outros assuntos que ele deseje/necessite.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os arquivos devem difundir e educar seus usuários sobre a documentação que este possui e como utilizá-la da melhor forma, se isso for desenvolvido com a qualidade necessária, o arquivo chega mais próximo ao que concerne a sua finalidade que é a disseminação na informação a quem dela necessite.

Alguns instrumentos que o arquivo podem oferecer vem apenas auxiliar para o desenvolver destas atividades, como os instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos).

A pesquisa que vem sendo desenvolvida para a construção de catálogos remissivos com a temática de escravizados em arquivos paraibanos, objetiva auxiliar

consideravelmente no trabalho do arquivista, na pesquisa dos usuários, assim como no que correspondente ao legado/finalidade do arquivo.

6. REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como desenvolver políticas de ação cultural e educativa em arquivos**. Projeto Como Fazer. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.
- BRASIL. Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**. 51ª Ed., São Paulo: Global, 2006.
- LOPES, Luís Carlos. **A informação: a mônada do século XX**. Disponível em: http://homepage.ufp.pt/~lmbg/formacao/artigo_info.pdf; acesso em 30 de março de 2010.
- LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. Projeto Como Fazer. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MARIA, Josi. **Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos**. Disponível em: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/education/1820991-ensino-história-conteúdos-conceitos-básicos/>, acesso em 08 de junho de 2010.
- SANTANA, A. B., PAIM, C. R. S. **A Lei Nº 10.639/03 e as novas perspectivas para o ensino de história**. Disponível em: http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt7/ComunicacaoOral/ARTHUR%20BERNADY%20SANTANA%20%20471_.pdf, acesso em: 20 de fevereiro de 2010.
- SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. Coleção Primeiros Passos Nº 110, 1ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.